

Juros exorbitantes: a esquizofrenia do Banco Central e dos analistas financeiros **WEB**

Em vez de denunciar política monetária a desastrosa exercida pelo Banco Central, analistas têm recomendado o corte dos gastos públicos em direitos sociais

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 7 de janeiro de 2026



Foto: Lula Marques/Agência Brasil

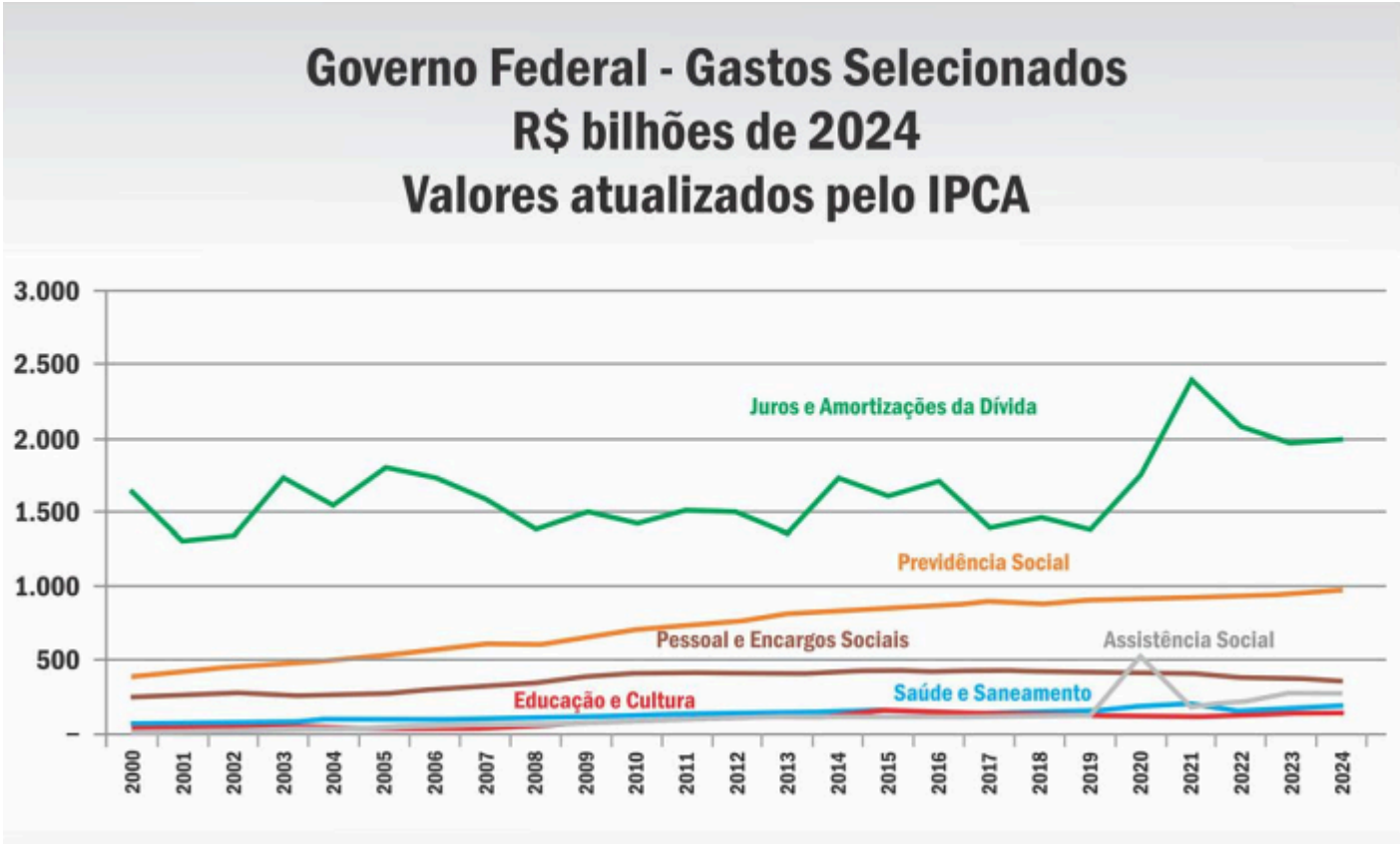
O Brasil vive uma verdadeira esquizofrenia financeira: é o maior pagador de juros do mundo, considerado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como o campeão mundial de gasto com juros, problema que afeta negativamente a economia do país, as empresas, as famílias e as contas públicas. Mas esse grave problema não tem sido devidamente enfrentado, o que pode ser comparado com um caso patológico.

Em seu [artigo](#), a psicóloga Cibele Andrade resume “esquizofrenia como um transtorno mental que pode desafiar a percepção da realidade”.

De fato, especialistas ouvidos pela grande mídia têm se expressado como se tivessem uma dificuldade em perceber a realidade, e, em vez de denunciar a desastrosa política monetária exercida pelo Banco Central, têm recomendado reiteradamente o corte de gastos públicos em direitos sociais e com a estrutura do Estado, enquanto o rombo está no gasto com os próprios juros pagos ao Sistema da Dívida, como mostram os dados oficiais:

É evidente que analistas de mercado com acesso à grande mídia sabem muito bem que cortar gastos sociais não fará com que os juros se reduzam. Só fazem esse discurso porque as instituições financeiras para as quais trabalham lucram muito com os juros altos e, adicionalmente, lucram com as contrarreformas e privatizações que sempre acompanham os cortes de gastos sociais, a exemplo do que enfrentamos atualmente com a tentativa de aprovação de uma nova “Reforma Administrativa” por meio [da PEC 38/2025](#).

O Banco Central parece ter a mesma dificuldade de percepção da realidade ao pregar uma suposta necessidade de “reformas estruturais e disciplina fiscal” para que os juros possam baixar, e, adicionalmente, seguir repetindo o falso dogma de que teria que manter os juros altos para controlar a inflação, sendo que, sabidamente, a inflação que existe no Brasil não se reduz quando os juros sobem, pois decorre principalmente da elevação do preços de alimentos e de preços administrados pelo próprio governo.



Fonte: Tesouro Transparente/Painel do Orçamento Federal

Ultimamente, o presidente do Banco Central indicado por Lula, Gabriel Galípolo, tem repetido que o Banco Central precisaria se manter conservador e que “*não há porta fechada, nem setas dadas*” para mais alta ou queda dos juros, e “*a inflação ainda não está cedendo como esperado*”. Com esse discurso, a diretoria do Banco Central manteve a Selic no abusivo patamar de 15% ao ano pela quarta vez seguida, conforme anunciado às 18:30h, ao final da reunião ocorrida em 10 de dezembro de 2025.

Ora, conforme noticiado pela Agência Brasil no mesmo dia 10 de dezembro de 2025, às 9:10h da manhã, a inflação medida pelo IPCA até novembro, acumulava 4,46% nos últimos 12 meses, portanto, dentro da meta absurdamente baixa (que varia de 1,50% a 4,50%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no qual o Poder Executivo tem a maioria de votos.

A inflação caiu nos últimos meses, não por conta dos juros altos, que na prática aumentam os custos das empresas e aumentam a inflação, mas porque a economia se encontra estagnada, com baixíssimo crescimento do PIB, desindustrialização, salários baixos e, portanto, inanição e reduzida atividade econômica.

É evidente que a diretoria do Banco Central sabe de tudo isso, no entanto, constou da [Ata](#) daquela reunião de 10 de dezembro de 2025 que a manutenção da taxa básica de juros Selic no estratosférico patamar de 15% ao ano se deveria ao fato de que a inflação estaria fora da meta (?!), ignorando que, de acordo com o art. 2º do [Decreto 12.079/2024](#), a meta é considerada descumprida somente quando “*a inflação, medida pela variação acumulada em doze meses (...) desviar-se por seis meses consecutivos da faixa do respectivo intervalo de tolerância*”, portanto, entre 1,5 e 4,5%.

Onde estaria a dificuldade de enxergar que a inflação oficial de 4,46% ao ano está dentro da faixa de 1,5 a 4,5% ao ano?

O Tribunal de Contas da União, que tem atribuição para fiscalizar o Banco Central, deveria questionar os graves erros de política monetária que vêm sendo cometidos por sua diretoria, tendo em vista que cada 1% de aumento da Selic representa cerca de R\$ 61,7 bilhões de gasto anual com juros da dívida pública (cerca de R\$ 61,7 bilhões), e não serve

para controlar a inflação que temos aqui, como antes mencionado.

O Banco Central precisa explicar por que segue atendendo as expectativas do mercado e desprezando os dados oficiais e a legislação, provocando graves danos à economia do país e às contas públicas, enquanto garante a farra do setor financeiro ao proporcionar uma remuneração absurda, um ganho real acima da inflação de mais de 10% ao ano, superando até mesmo a Rússia (em guerra) e a Turquia, enquanto os Estados Unidos praticam a taxa real de 1,02% ao ano, a Zona do Euro 0,05% e o Japão -2,09% (negativos).

A realidade está escancarada, só não vê quem não quer ou é esquizofrênico. Não há justificativa técnica, econômica ou financeira para a manutenção da taxa básica de juros Selic no abusivo patamar de 15% ao ano. Se a diretoria do Banco Central não consegue enxergar isso, é preciso tomar providências urgentes, pois a sociedade brasileira está sendo extremamente sacrificada por isso, enquanto o setor financeiro lucra como nunca!

Por sua vez, a sociedade precisa fazer a sua parte e lutar pelo limite legal dos juros no Brasil, apoiando o projeto de lei complementar PLP 104/2022 e participando [da enquete oficial da Câmara dos Deputados](#).

Setenta e seis (76) países possuem limite de juros em lei. Por que o Brasil fica submetido à ganância do mercado financeiro? Chega dessa esquizofrenia! #Limitaosjurosjá